

## Desvalorizar o saber impede o Brasil de crescer

Cortes nos recursos da educação e pesquisa científica faz a população ficar mais distante do desenvolvimento social e da qualidade de vida

Página 4



Foto: Gibran Mendes



### Feriado:

Supermercado Santa Helena é multado por manter empregados após o horário

Página 2



TV Brasil

### Bruno e Phillips:

violência contra aqueles que denunciam as injustiças é cada vez mais recorrente

Página 3

## SECI VENCE PROCESSO NA JUSTIÇA

## Supermercado Santa Helena é multado por trabalho após o horário no feriado

No feriado de 29/04/21 (Aniversário de Ipatinga) a regra da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) assinada pelo SECI estabelecia que a mão-de-obra dos empregados só poderia ser utilizada dentro do horário de 8h às 18h. Mas a empresa Comércio de Gêneros Alimentícios Trindade LTDA (Supermercado Santa Helena) desrespeitou essa determinação. A diretoria do SECI, como de costume, ao fiscalizar o comércio nesse dia, identificou o descumprimento e acionou a Justiça do Trabalho representando os trabalhadores prejudicados.

A empresa alegou que no dia fez turnos de trabalho e, com isso, não ultrapassou a jornada máxima de oito horas. Porém, ao colocar uma das turmas até às 20h, extrapolou o funcionamento previsto na CCT. Com isso, a justiça trabalhista deu ganho de causa ao SECI e condenou a empresa a pagar a multa no valor de um salário comercial por empregado prejudicado.

O SECI reforça a importância da participação dos comerciários na fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas. Pois, só a partir da denúncia e da confiança no trabalho do Sindicato é possível frear os casos de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

## CONTRACS COMPLETA 32 ANOS

## Entidade organiza lutas dos comerciários nacionalmente



Há muitos problemas que afetam os empregados do comércio de Ipatinga que acontecem com comerciários do Brasil todo. Os sindicatos filiados à CUT que representam os empregados do ramo do comércio e serviços sabem que a luta conjunta fortalece a busca por melhores condições de trabalho e vida. Por isso fundaram em 15 de julho de 1990 a

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT). O SECI participa da entidade desde a sua fundação. Inclusive, o diretor Antonio Ademir já fez parte de sua diretoria.

Nesses 32 anos de luta, a Contracs tem dado suporte ao trabalho do Sindicato, com serviços de assessoria jurídica, comunicação e orientação da ação política. Mas um dos papéis mais importantes que a Confederação tem desempenhado é a sua intervenção junto ao Congresso Nacional para barrar projetos que ameaçam os direitos dos comerciários. Um dos exemplos é a Medida Provisória 881. A Contracs fez pressão junto ao Senado Federal para que o texto final da lei mantivesse as restrições de trabalho aos domingos e feriados. Experiências como essas só demonstram a importância da existência da entidade, que se mantém de pé mesmo depois da reforma trabalhista que queria acabar com as formas de financiamento do movimento sindical. O SECI acredita e luta para que a Confederação continue a representar os interesses dos trabalhadores do comércio e serviços e que esteja cada dia mais forte na missão de construir uma sociedade justa e democrática. Parabéns Contracs!!!

## ERRAMOS!

O Informativo Comerciário de Junho/2022 contém um erro no subtítulo da matéria da página 4. Onde se lê "116 milhões de famílias" deveria ser "116 milhões de pessoas" como consta no segundo parágrafo da mesma matéria, que traz os dados da pesquisa da Rede Penssan. O jornal pode ser lido na íntegra no site do SECI.

## CONVÊNIOS

## Cartão de sócio dá desconto em escolas e faculdades

Um dos benefícios de ser sócio do SECI é o convênio com instituições de ensino. Para receber o desconto, que vale tanto para o associado, quanto para os seus dependentes, é preciso ter o cartão de sócio atualizado. No caso das faculdades, também é exigida uma declaração que pode ser obtida na sede do Sindicato (Av. 28 de Abril, 621, sala 302, Centro, Ipatinga). O desconto pode chegar até a 20% nas mensalidades. Confira as instituições conveniadas:

Associação Missão Ômega (AMO) – Cursos	(31)3827-0779	Av. Macapá, 520, Veneza, Ipatinga/MG
Colégio Adventista de Ipatinga	(31)3821-2420/ (31)99188-1111	Rua Ouro Preto, 283, Centro, Ipatinga/MG
Colégio Cest	(31)3801-3400	Rua Poços de Caldas, 57, Centro, Ipatinga/MG
Colégio John Wesley	(31)3822-1330	Rua Mariana, 88, Centro, Ipatinga/MG
Faculdade Pitágoras	(31)2136-2024	Rua Jequitibá, 401, Horto, Ipatinga/MG
Faculdade Única Vale do Aço	(31)2109-2300 0800724 2300	Rua Salerno, 299, Bethânia, Ipatinga/MG
Faculdade Uninter – Centro Universitário	(31)3826-4107	Av. Minas Gerais, 440, Jardim Panorama, Ipatinga/MG
Fadipa - Faculdade de Ipatinga	(31)3822-8808	Rua João Patrício de Araújo, 195, Veneza I, Ipatinga/MG

## COMO FAZER O CARTÃO DE SÓCIO?

Para ser sócio do SECI não basta apenas contribuir. É preciso ir ao Sindicato preencher o cadastro de filiação. O processo é rápido e o cartão fica pronto na hora. Para isso é preciso apresentar a documentação completa: RG, CPF, Carteira de Trabalho (se for digital, precisa trazer impresso o print do Contrato de Trabalho), o último contracheque (exceto do adiantamento) e comprovante de endereço. Para incluir dependentes é preciso apresentar o RG ou certidão de nascimento de cada dependente, e a certidão de casamento ou de união estável, se for o caso. Todos os documentos devem ser impressos, não aceitamos fotos em celular, nem por e-mail.

Quem já fez, mas precisa renovar, basta trazer o cartão de sócio e o último contracheque. Com o cartão de sócio do SECI, além dos convênios, o sócio e seus dependentes têm acesso ao Clube dos Comerciários e pode fazer reserva na Casa de Praia do SECI, em Guarapari (ES). Mais informações no site [www.seci.com.br](http://www.seci.com.br) ou pelo telefone (31)3822-1240.

## NOSSOS DIREITOS

## Acidente de trabalho: como evitar e proceder caso ocorra



A legislação trabalhista contém uma série de Normas Regulamentadoras (NRs) que trazem as obrigações das empresas e trabalhadores para garantir saúde e segurança no ambiente laboral, prevenindo doenças e acidentes de trabalho. Dentre as normas que contribuem principalmente para evitar acidentes estão o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, o treinamento para capacitação da equipe e a instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Mas se caso o trabalhador sofrer algum acidente de trabalho (que é o acidente ocorrido no emprego ou no trajeto de ida para o local de trabalho ou volta), ele deve dar entrada no INSS através de uma Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Esse documento deve ser preenchido pela empresa. Caso isso não aconteça, o próprio trabalhador, o sindicato profissional ou o médico do trabalho poderão preencher o comunicado.

O trabalhador acidentado tem o direito de receber até 15 dias de afastamento pagos pela empresa. Caso ele necessite de um tempo maior, esse período é pago pela Previdência Social, através do auxílio-doença acidentário. Para receber esse benefício, é necessário que o trabalhador leve o comunicado e o laudo médico para avaliação no INSS. A partir disso, será marcada, na própria Previdência, uma perícia médica. Para ter direito ao auxílio, o trabalhador não precisa ter cumprido um tempo mínimo de contribuição ao INSS. Ao retornar do auxílio-doença acidentário, o funcionário tem estabilidade no emprego durante um ano.

**27/07 - Dia Nacional de Prevenção aos Acidentes de Trabalho.**

# ASSASSINATOS NA AMAZÔNIA

## PODER ECONÔMICO QUER CALAR TODOS QUE DENUNCIAM A EXPLORAÇÃO

A falta de fiscalização é o paraíso para aqueles que não cumprem as leis. É assim em todo lugar. Seja aqui no comércio de Ipatinga ou no Vale do Javari, no Amazonas, onde foram assassinados, no mês passado, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips. O fato, que teve repercussão internacional, mostra a tentativa de silenciar os que, como eles, denunciam e buscam frear as diversas formas de destruição ou exploração.

Lá Bruno e Phillips trabalhavam na defesa da floresta amazônica e dos povos indígenas. Mas não só isso. A luta deles faz parte de uma luta muito maior em defesa das riquezas do Brasil e do nosso direito a um planeta sustentável. Isso porque esse trabalho se soma a de milhares de ativistas que tentam conter os avanços da caça e pesca predatórias, narcotráfico, garimpo, extração de madeira, mineração e agronegócio, que atuam na ilegalidade. Em nome do lucro, essas atividades não só destroem o meio ambiente, como também matam os povos indígenas e prejudicam o povo brasileiro, já que tudo que acontece na floresta traz consequências ambientais no país e no mundo.

Então, a morte de Bruno e Phillips não deve ser motivo de calar aqueles que lutam contra a exploração. Pelo contrário. É preciso criar condições seguras para que os defensores dos direitos possam atuar. Segundo o relatório da ONG internacional Global Witness, o Brasil foi o quarto país onde mais houve assassinatos de ativistas ambientais no mundo. Apenas em 2020 foram 20 mortes. Outro relatório, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), sobre a Violência Contra Povos Indígenas do Brasil, aponta que, em 2020, 182 indígenas foram assassinados no país, um aumento de 63% em relação a 2019. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) também fez um levantamento desses conflitos e constatou que o número de mortes em conflitos nas zonas rurais do país aumentou 1.000% entre 2020 e 2021. Da mesma forma que Chico Mendes, Dorothy Stang, Sarapo Ka'apor, Zezico Rodrigues Guajajara, Paulo Paulino Guajajara, Ari Uru-Eu-Wau-Wau, Maxciel Pereira dos Santos e tantos outros, a morte de Bruno e Phillips foram encomendadas porque eles contrariavam interesses econômicos poderosos. E todos esses assassinatos não podem ficar impunes. Até porque existem muitos como eles no Brasil, que continuam resistindo, apesar de todas as ameaças, perseguições e tentativas de criminalização.

A Associação que representa os servidores da Funai (INA - Indigenistas Associados) e o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) produziram um dossiê que aponta caminhos para proteger as florestas e promover os direitos indígenas. Um desses pontos é combater as omissões na esfera judicial, para dar a devida atenção às denúncias de ameaças e para que crimes como esse não fiquem impunes, investigando os reais financiadores das atividades ilegais. Além disso, os indigenistas reivindicam melhores condições de trabalho, remunerações adequadas e mais recursos (materiais e físicos) para que a Funai possa atuar de forma eficiente, reforçando as ações de fiscalização e protegendo os direitos dos povos indígenas. A adoção dessa política faz parte de um projeto de Brasil que não deixa os interesses econômicos prevalecerem sobre a defesa da vida. E esse é um dos pontos que os trabalhadores devem se atentar na hora de escolher seu voto nas próximas eleições. Afinal, os direitos só continuam existindo por causa de ativistas que, à exemplo de Bruno e Phillips, arriscam suas vidas para denunciar as injustiças e cobrar mudanças.



## Chacinas expõem discriminação racial

### Ativista social do RJ fala sobre a violência contra corpos negros

Kathlen Romeu. Uma jovem negra, design de interiores, que foi visitar a família no Complexo do Lins, favela na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi morta com um tiro de fuzil, no peito, disparado por um policial militar. Ela carregava em seu ventre um bebê. O caso de assassinato, cometido em 08 de junho de 2021, continua sem conclusão. É um exemplo nítido de como os homicídios de pessoas negras e/ou de periferias têm sido tratados no Brasil. Assim como aconteceu com os assassinatos de Genivaldo de Jesus, Gabrielle Ferreira da Cunha, Miguel Otávio, João Pedro, Marcus Vinicius, Agatha Felix e muitos outros. “As pessoas continuam vivendo suas vidas como se nada tivesse acontecido”, destaca o ativista social, membro do coletivo Aliança Antirracista e Coordenador do Portal e Jornal Impresso do Voz das Comunidades, Jonas di Andrade. Com a aproximação do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, celebrado em 03 de julho, o *Informativo Comerciarior* entrou em contato com o educador popular para analisar como a atual política de segurança têm tratado a população negra.



**Ativista mostra que chacinas como a da Candelária, ocorrida há 29 anos e da Vila Cruzeiro revelam extermínio principalmente contra a população negra e pobre.**

### Chacinas e mais chacinas

Um ano depois da chacina mais letal do Rio de Janeiro, a ocorrida na favela do Jacarezinho, com 28 mortos, ocorre mais uma chacina, no dia 24 de maio deste ano. Dessa vez na Vila Cruzeiro, com 23 mortos. De acordo com Andrade, esses episódios não se tratam de casos isolados, por mais que tentem justificar tamanha carnificina por parte do estado. “Não há dúvidas de que diariamente o estado impulsiona aqui uma política de extermínio dentro das favelas. Em 2021, de acordo com o relatório do Instituto Fogo Cruzado, houve em média 13 tiroteios por dia e cinco baleados a cada 24 horas no Rio”. Para ele, é uma segurança pública produzida a partir da morte, não da vida.

Essas chacinas, assim como a da Candelária, que completa 29 anos no dia 23 de julho, estão todas relacionadas pelo recorte racial, já que grande parte dos mortos tem a pele negra. “Em se tratando de Brasil, país cuja violência advém desde do período colonial, seguida da escravização negra africana e brasileira, trazer ao cerne da questão o recorte de raça é fundamental. A violência policial contra corpos negros ainda é uma realidade, principalmente dentro das favelas e periferias. Corpos esses que são desumanizados para logo em seguida justificarem a execução”, destaca o educador.

O Atlas da Violência 2021 demonstra essa realidade apontada por Andrade. Segundo a pesquisa, os negros têm mais que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil. Em 2019, 77% das vítimas de homicídios eram negras. É por isso que o ativista defende que essa política atual adotada pelo estado não combate a violência, pelo contrário, a produz e expande. “Os policiais são treinados para matar. O corpo negro na favela é alvo, independentemente de quem seja. O racismo é uma das munições que o Estado utiliza para construir sua necropolítica (política pautada em quem deve viver e quem deve morrer)”, afirma.

### Contra a naturalização da barbárie

Outro problema que ele aponta dessa violência cometida pelo estado é que interrompe a vida não só das pessoas que a sociedade, antes de qualquer investigação, diz serem bandidos, e sim a de famílias inteiras. “A frequente operação traumatiza crianças, prejudicando de maneira devastadora a saúde mental, faz com que elas naturalizem a dor, o luto e a barbárie. Há consequências inimagináveis com isso”. Nesse sentido, a mídia independente, como o jornal comunitário Voz das Comunidades, distribuído no RJ, ajuda a demonstrar que nas favelas, ao contrário do que a mídia hegemônica reforça, há muita gente de bem, que sofre extremamente com as ações policiais. “Crianças deixam de ir às escolas. Adultos deixam de ir ao trabalho. A saúde mental de cada um deles não existe nesse espaço. Enquanto isso, o Estado é visto como a entidade que vai levar segurança aos moradores, quando, na verdade, nem saneamento básico existe ainda”.

Portanto, à exemplo da comoção internacional que houve com o assassinato de George Floyd, nos EUA, a população precisa enxergar que mortes como essas têm ocorrido diariamente em solo brasileiro. E assim questionar essa política para construir uma outra que realmente promova a vida e traga segurança ao povo. Só dessa forma a discriminação racial poderá ser combatida e a justiça social alcançará a todos.

# Ciência não é gasto, é investimento

## Investir na educação e pesquisa é essencial para melhorar a vida da população

A busca pela qualidade de vida é o que faz cada trabalhadora e trabalhador ir à luta todos os dias. E nessa busca a ciência e a educação são suas grandes aliadas. Isso porque é através delas que as populações se enriquecem intelectual e culturalmente, descobrindo como avançar nos campos da saúde, alimentação, tecnologia, ambiente, energia, etc. É por esse motivo que a docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e vice-presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais (APUBH), Analise da Silva, afirma que a educação e ciência devem ser encaradas como investimentos e não como custos. “É através do conhecimento de qualidade, produzido de maneira democrática, inclusiva e cientificamente referenciada, que podemos gerar resultados para a sociedade e buscar formas de combater as vulnerabilidades e desigualdades. Nesse sentido, as universidades públicas possuem papel de destaque. Afinal, estas são as principais produtoras de Ciência no Brasil”.

### Importância da ciência

Segundo a professora, a pandemia de Covid-19 tem demonstrado, de modo dramático, a importância do investimento público no desenvolvimento científico nacional. “Aqui na UFMG, por exemplo, a comunidade acadêmica realiza um trabalho fundamental para o combate à pandemia, que pode ser observado nos estudos sobre o vírus, na testagem das vacinas e no desenvolvimento de uma versão própria do imunizante. Além disso, a universidade vem veiculando boletins com informações cientificamente comprovadas sobre a pandemia”, destaca.

Silva enfatiza ainda o papel estratégico do desenvolvimento científico e tecnológico para a construção da soberania nacional. “Um Estado nacional que se pretenda soberano sobre seu território e dedicado aos interesses de sua população não pode estar à mercê de intervenções e influências estrangeiras”. Por isso, ela afirma que é essencial que os governantes, nos âmbitos municipal, estadual e federal, desempenhem seu papel de assegurar uma política de Estado que promova, de maneira contínua, o investimento público nas instituições responsáveis pelo desenvolvimento científico nacional — ou seja, as universidades públicas, os institutos federais de ensino e as agências de fomento à pesquisa.

Mas não é isso o que tem ocorrido. O Ministério da Educação anunciou, recentemente, um corte de 14,5% no orçamento discricionário das universidades e institutos federais. “O orçamento discricionário diz respeito a obras, contratação de terceirizados, contratação de serviços e assistência estudantil. Enfim, os cortes afetam, diretamente, o funcionamento práti-

co da Universidade”. Após ampla mobilização da comunidade científica e acadêmica, o corte foi reduzido para 7,2%. Silva aponta que no caso da UFMG, o bloqueio foi para R\$16 milhões.

### Corte nos direitos

Engajados no mesmo movimento em defesa da ciência e educação, os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) também denunciam o prejuízo causado pela redução dos investimentos. Um desses prejuízos é com relação ao reajuste dos servidores dos institutos federais, que estão há sete anos sem qualquer aumento ou recomposição salarial. “E solicitamos recomposição apenas da perda salarial decorrente da acentuada inflação dos últimos dois anos (19,99%)”, explica o professor Lucas Alves Marinho, do IFMG (campus de Governador Valadares). Ele falou da importância de divulgar à população as informações, para compreender que os inevitáveis prejuízos causados pela greve no curto prazo são plenamente justificáveis pela necessidade de interromper o atual processo de sucateamento dos serviços públicos. Além do reajuste, dentre as principais reivindicações dos servidores: “a revogação da reforma administrativa, que fragiliza ainda mais o serviço público (gratuito e de qualidade), tendendo a substituí-lo por serviços pagos, prestados por empresas privadas sem qualquer possibilidade efetiva de controle social; e a revogação do Teto de Gastos, que, desde 2016, tem limitado o investimento público em serviços essenciais para o povo (educação, saúde, habitação, saneamento, segurança, etc.); apenas para garantir o pagamento de juros, sobretudo para os grandes bancos privados do país, que batem, ano após ano, recordes bilionários de lucro”.

O professor explica também a gravidade dos sucessivos cortes sofridos pelos Institutos. “Considerando-se o orçamento de 2022, o IFMG terá que manter as suas atividades com aproximadamente 50% do que representava o orçamento da instituição em 2015, sendo que, desde 2015, dobramos a quantidade de alunos atendidos pelos nossos cursos. Este orçamento não é suficiente, nem mesmo para o custeio das atividades mais básicas necessárias para a manutenção do funcionamento dos campi do IFMG até o final deste ano”. (cf. gráfico). Segundo ele, esses cortes além de sucatearem as unidades e equipamentos, rebaixam a qualidade do serviço prestado à população. Isso porque retira recursos de projetos que trariam soluções para os problemas das comunidades onde estão inseridos os campi. Além disso, a diminuição de recursos afeta o pagamento de auxílios (de alimentação, transporte e moradia) que garantem a permanência dos alunos mais necessitados de assistência social nos cursos. “O pior é que, enquanto afirma não haver dinheiro para o Ministério da Educação, o governo destina 17 bilhões de reais (valor correspondente a todo o orçamento discricionário previsto para o Ministério da Saúde em 2022!) para o pagamento de emendas parlamentares. Deixando, portanto, de utilizar o dinheiro público para o financiamento e a melhoria de serviços essenciais; e entregando esse dinheiro diretamente para certos grupos de deputados federais e senadores fazerem o que quiserem com ele, sem qualquer forma de controle eficaz pela população”.

## Estudantes e população em defesa da educação



Falta de dinheiro para pagar água e luz, dentre vários outros problemas, já é realidade em alguns institutos federais. O estudante João Vitor da Silva Machado, da diretoria executiva da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet) relata que no IFMG de Ouro Preto isso tem acontecido. Ele se lembra que em 2019, quando também foram anunciados cortes, os estudantes do IFMG de Ribeirão das Neves tiveram que parar de usar o ar condicionado nas salas, porque o Instituto não tinha como arcar com a conta de energia. Mas conseguiram barrar o contingenciamento de recursos, graças à mobilização do movimento estudantil.

O estudante ressalta ainda que outro efeito principal das reduções de investimentos é a elitização do ensino. “O que eles querem e estão conseguindo fazer é que [a educação pública e de qualidade] seja para poucas pessoas. Para eles não é todo mundo que deve ter acesso a isso não, é só quem tem dinheiro que vai conseguir. Quem é pobre não vai ter esse acesso. Vai ser completamente excluído desse incentivo à ciência e à educação. Inclusive excluído do acesso à educação, porque esses cortes estão barrando inclusive que essas universidades existam. Quem dirá ter universidade para pobre”. Diante desse quadro, o líder estudantil enfatiza o papel da população, que deve ser de cobrar seus direitos. “Não tem outra palavra, é luta de fato. Luta por mais investimentos, por uma educação de qualidade, gratuita e acessível a todos. É manifestações de rua, ir para Brasília com caravanas e cobrar isso e conquistar seus direitos. Coisas que a gente já faz há anos. Conseguimos nossos direitos através de luta. E é assim que conseguimos conquistar e barrar esses cortes”.

Este mês, no dia 08, é celebrado o Dia Nacional da Ciência. A data, criada para incentivar a atividade científica no país, é uma oportunidade de refletir sobre o país que os brasileiros querem construir. Para conter o sucateamento dos serviços públicos e retomar investimentos progressivos em ciência e educação é preciso lutar e exigir dos governantes e dos candidatos nas próximas eleições que tenham essas prioridades. Defender uma educação democrática e acessível, com universidade para todos e não “para poucos”, é essencial para que os brasileiros alcancem a verdadeira qualidade de vida.

